

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

GISELE TEIXEIRA CHAVES BASSOUTO

**O PROGRAMA NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA À LUZ DO ATUAL ESTADO DA ARTE SOBRE
ALFABETIZAÇÃO**

MARINGÁ

2013

GISELE TEIXEIRA CHAVES BASSOUTO

**O PROGRAMA NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA À LUZ DO ATUAL ESTADO DA ARTE SOBRE
ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado no Curso
de Pedagogia da Universidade Estadual
de Maringá.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Faria da
Silva

MARINGÁ

2013

BASSOUTO, Gisele Teixeira Chaves. **O Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa à luz do atual Estado da Arte sobre Alfabetização**. 2013. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

RESUMO

O presente trabalho analisa e discute as propostas do **PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** - de iniciativa do governo federal. Seus objetivos são explicitar o conceito de alfabetização assumido no pacto e conhecer tanto os procedimentos pedagógicos recomendados quanto as estratégias de formação de professores definidas, além dos materiais de ensino utilizados. A confrontação desses aspectos com o estado da arte sobre a neurociência do desenvolvimento cerebral durante a infância e com as melhores evidências científicas disponíveis sobre procedimentos eficazes para alfabetizar crianças prenuncia futuro pouco promissor à consecução dos objetivos do PNAIC. E desenha um cenário no qual o risco de malbaratamento dos recursos que financiarão suas ações é alto. A incapacidade para identificar fatores associados ao baixo desempenho leitor, a duradoura hegemonia de uma concepção de alfabetização que os conhecimentos científicos deixaram para trás há mais de três décadas, a insistência em práticas de alfabetização e ensino de leitura que todas as evidências mostraram ser ineficazes e a sobrevivência de materiais de ensino que estiveram presentes em todos os cenários do fracasso do ensino de leitura no país formam o pano de fundo desse futuro, conclui o estudo.

Palavras-chave: Alfabetização. Estado da Arte. Neurociência. Desenvolvimento Cerebral. PNAIC.

ABSTRACT

This paper analyzes and discusses the proposals of PNAIC-national pact for literacy at the right age, the federal government initiative. Its objectives are to explain the concept of literacy assumed in the covenant and know both the pedagogical procedures as recommended strategies for the formation of teachers defined, beyond the teaching materials used. comparison of these aspects with state of the art on the neuroscience of brain development during childhood and the best available scientific evidence on effective procedures for literate children foreshadows future unpromising will achieve the objects PNAIC. And draws a scenario in which the risk of waste resources to finance their actions is high. The inability to identify factors associated with poor reader, the enduring hegemony of a conception of literacy that scientific knowledge left behind for more than three decades, the insistence on literacy practices and teaching reading all the evidence proved ineffective and survival teaching materials that were present in all failure scenarios of teaching reading in the country formed the backdrop of this future, the study concludes.

Keywords: Literacy. State of the Art. Neuroscience. Brain Development. PNAIC.

O PROGRAMA NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA À LUZ DO ATUAL ESTADO DA ARTE SOBRE ALFABETIZAÇÃO

BASSOUTO, Gisele Teixeira Chaves

Introdução

Em 4 de julho de 2012, pela portaria nº 867, o Governo Federal instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), bem como estabeleceu suas diretrizes gerais. Este, em uma série de encaminhamentos, empreende esforços com o intuito de “[...] assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (BRASIL c, 2012, online).

Em conformidade com a assertiva acima, o Movimento Todos pela Educação informa que na rede pública de ensino do país entre 45 e 50% dos alunos lêem com desempenho abaixo do mínimo esperado. E perto de 90% escrevem abaixo do mínimo de desempenho adequado para essa fase de escolaridade.¹

Por fim, dados do Censo Demográfico 2010 mostram que 15 % das crianças de 8 anos ainda são analfabetas. Desagregados por estados os dados mostram que em Alagoas essa proporção é de 35%. Já no Paraná o percentual é de 4,9%.²

Diante disso, o Pacto (BRASIL b, 2012, p. 4) expõe que:

¹ As informações sobre o desempenho dos alunos em alfabetização (leitura e escrita) no 3º ano do Ensino Fundamental estão nas tabelas 2 e 3, páginas 12 e 13 do relatório De Olho nas Metas 2012, do Movimento Todos pela Educação. O mínimo esperado em Leitura é de 175 pontos. Em Escrita, 75. Ver em http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/prova_abc.pdf

² A pergunta feita pelo entrevistador do censo é: a criança sabe ler e escrever? Informações no Censo Demográfico 2010. Características da População e dos Domicílios. Resultados do Universo. Tabela 1.5.1, publicação do IBGE. A publicação está acessível online em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf Dados dos estados podem ser encontrados na apresentação que o Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, fez durante a apresentação do PNAIC. A apresentação está em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11898&Itemid= A informação sobre o desempenho dos alunos em alfabetização (leitura e escrita) no 3º ano do Ensino Fundamental estão nas tabelas 2 e 3, páginas 12 e 13 do relatório De Olho nas Metas 2012, do Movimento Todos pela Educação O mínimo esperado em Leitura é de 175 pontos. Em Escrita, 75. Ver em http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/prova_abc.pdf

Muitas crianças brasileiras concluem o ciclo destinado à sua alfabetização sem estarem plenamente alfabetizadas. Um problema que pode comprometer gravemente o seu futuro e, assim, o futuro de nosso país.

Ante a realidade educacional brasileira, o MEC, mediante a instauração do Pacto, visa à melhoria da qualidade do ensino do ciclo da alfabetização, ação esta que se dará por meio de medidas que cooperem com discussões que versam sobre o direito de aprendizagem das crianças.

A adesão ao PNAIC é opcional, cabendo aos entes governamentais o compromisso em alfabetizar as crianças em Língua Portuguesa e Matemática e avaliar periodicamente o desempenho dos concluintes do 3º ano do primeiro ciclo do ensino fundamental, por meio da aplicação de testes universais ³. Com relação ao apoio técnico e financeiro aos entes federados que aderirem ao Pacto, a Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, dispõe que o ele dar-se-á pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mediante:

- I - suporte à formação continuada dos professores alfabetizadores; e
- II - reconhecimento dos resultados alcançados pelas escolas e pelos profissionais da educação no desenvolvimento das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. (BRASIL a, 2012, online)

Além disso, a Medida trata da concessão de bolsas, que estará disponível aos profissionais da educação, “[...] conforme categorias e parâmetros definidos em ato do Ministro de Estado da Educação, e o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, entre outras medidas.” (BRASIL a, 2012, online).

Com relação à formação dos profissionais que atuarão no PNAIC, destaca-se que ela se dará em dois momentos. *A priori*, serão selecionados orientadores de estudo, escolhidos entre os próprios professores pertencentes ao quadro docente das redes de ensino, que tenham, preferencialmente, experiência como tutores do Pró-letramento. Outro fato a ser esclarecido é que os orientadores terão de ter a

³ Para tal avaliação o MEC criou a ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização e a integrou ao SAEB. Ver portaria 304, DE 21 DE JUNHO DE 2013 em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2013/portaria_n304_saeb_RevFC.pdf

disponibilidade para ausentarem-se de suas atividades para receber e repassar os conhecimentos quanto ao Pacto. Os orientadores serão treinados mediante a participação em curso específico ofertado por universidades públicas, que terá duração de dois anos e carga horária de 200 horas por ano. O curso será dividido em encontros presenciais mensais de 84 horas – que será determinado pelas universidades –, seminários de 8 horas e atividades extraclases de 28 horas. Em um segundo momento, cabe aos orientadores formar os professores alfabetizadores de sua rede de ensino, mediante um curso presencial de dois anos, com carga horária de 120 horas por ano. (BRASIL c, 2012).

A remuneração dos profissionais da educação será por meio de bolsas de estudo e de pesquisa, como prevê a portaria nº 1.458, publicada em diário oficial da União em 14 de dezembro de 2012. O critério de maior relevância para a escolha do professor alfabetizador bolsista é que tenha lecionado no ensino fundamental em 2012, todavia, cabe ressaltar que os docentes que não fizeram parte do censo desse ano, poderão participar do curso recebendo apenas o diploma, ou seja, não sendo permitido o direito à bolsa. (BRASIL c, 2012).

O ministro da educação em exercício, Aloizio Mercadante Oliva, define um teto máximo das bolsas aos professores que aderirem à formação continuada do PNAIC, por meio da portaria de nº 90, de 06 de fevereiro de 2013. Nesta há a seguinte informação:

Art. 1º Fica definido o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, para o professor alfabetizador;

II - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais), para orientador de estudo;

III - R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para o coordenador das ações do pacto nos estados, Distrito Federal e municípios;

IV - R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) para o formador da instituição de ensino superior;

V - R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) para o supervisor da instituição de ensino superior;

VI - R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) para o coordenador-adjunto da instituição de ensino superior; e

VII - R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o coordenador-geral da instituição de ensino superior. (BRASIL g, 2013, online)

Ao somar as bolsas disponibilizadas aos profissionais da educação, os custos com a formação dos mesmos, a elaboração de material didático e as premiações dadas às redes de ensino que alavancarem a alfabetização de seus alunos – que será de 500 milhões –, a União investirá cerca de 2,7 bilhões de reais para a efetivação do Pacto.

No tocante à administração do programa dividir-se-á em quatro instâncias, sendo composta por um Comitê Gestor Nacional, uma Coordenação Institucional em cada estado e no Distrito Federal, com encargos de mobilização estratégica, uma Coordenação Estadual, responsável pela efetivação e monitoramento das ações e uma Coordenação Municipal, que terá o encargo de executar e monitorar as ações em sua rede. (BRASIL c, 2012).

Com relação ao monitoramento do PNAIC, o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), um instrumento virtual de indicadores, disponibilizou o Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa – SisPACTO –, no qual os usuários (estados e municípios) assumem compromissos com o objetivo de amparar as redes e assegurar a implementação das diferentes etapas do Pacto (BRASIL c, 2012). Desta forma, o Ministério reforça o fortalecimento dos conselhos de educação, escolares e das instâncias envolvidas com a educação entre estados e municípios. É nesse sistema virtual que os docentes inserirão o desempenho de cada criança na Provinha Brasil, no início e final do 2º ano de escolarização. (BRASIL c, 2012).

A perspectiva pedagógica do PNAIC defende que o processo de ensino-aprendizagem há que se dar com base em “[...] princípios educativos que visem garantir a todas as crianças os direitos de aprendizagem” (BRASIL e, 2012, p. 5), de modo que incentiva os professores a considerarem “[...] o que as crianças sabem e o que precisam saber, bem como [a refletirem] sobre o que é necessário para ensiná-las e como elas aprendem” (BRASIL e, 2012, p. 5). No atinente à alfabetização, o programa parte do entendimento de que há uma gama de métodos que podem ser utilizados na alfabetização das crianças, entretanto, faz a ressalva de que as demandas sociais atuais requerem novos modos de compreender a alfabetização. Assim, no material de apoio, há a seguinte afirmação: “[...] os métodos e estratégias

que levam as crianças a somente apropriar-se do sistema de escrita, encarando-a como um código a ser memorizado, são insuficientes para suprir tais demandas.” (BRASIL f, 2012, p. 19-20).

O caderno azul da terceira unidade, denominado “A aprendizagem do sistema de escrita alfabética”, trata especificamente sobre a alfabetização, entendendo-a como uma aprendizagem integrada ao letramento, de modo a compreender a apreensão da escrita alfabética como um processo que demanda a compreensão de um sistema de notação e não como aquisição de um código. Além disso, o caderno considera os pressupostos da teoria da psicogênese da linguagem escrita à assimilação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), a relevância da consciência fonológica à alfabetização e as diversas alternativas didático-metodológicas ao ensino do SEA. (BRASIL d, 2012).

Os materiais didáticos e pedagógicos a serem utilizados pelo Pacto são exclusivamente direcionados à alfabetização e serão concedidos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo eles livros didáticos, manuais, dicionários de língua portuguesa. Além desses materiais, o PNAIC disponibiliza jogos pedagógicos, softwares de apoio, obras de literatura e pesquisa. Estes serão ofertados pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O programa também faz um prognóstico acerca do aumento do número de materiais com vistas a atender mais escolas, para que cada uma tenha o seu próprio conjunto de obras. (BRASIL c, 2012).

Considerando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, este trabalho tem como alvo a análise e a discussão das propostas do mesmo, projeto do governo federal. Seu objetivo é de explicitar o conceito de alfabetização defendido pelo Pacto, suas abordagens pedagógicas no que tange a formação de professores e confrontá-los com o atual estado da arte sobre a alfabetização.

Desenvolvimento

Alfabetização: o Estado da Arte

Neste tópico do trabalho apresenta-se o atual estado da arte sobre a alfabetização, com base nos estudos desenvolvidos em dois campos: Neurociência do Desenvolvimento Cognitivo e Psicolinguística Cognitiva Experimental da Leitura.

Um dos pesquisadores conceituados nesse campo do conhecimento é o professor Doutor José Morais. Em sua obra “Criar leitores: para professores e educadores”, Morais (2013) ressalta que é de suma importância que sejam ministrados incentivos para o desenvolvimento das habilidades leitoras na criança, para que no primeiro momento da aprendizagem ela compreenda o princípio alfabético. Essa ação pode ser realizada pelo professor, juntamente com a família. Nesse sentido, Morais (2013, p. 127) evidencia que:

As diferenças de estimulação ambiental associadas ao meio sociocultural têm, pela sua constância cotidiana, enormes efeitos na aprendizagem da leitura e no nível que atingem as habilidades que dela resultam.

Para o autor, a aprendizagem da leitura e da escrita abrange capacidades gerais e uma habilidade específica. As capacidades gerais são as capacidades cognitivas que o indivíduo utiliza – tais como atenção, concentração, memória, percepção, raciocínio, tomada de decisões – em diversas atividades que desempenha. As capacidades linguísticas estão relacionadas com a linguagem, sendo elas: interpretação de expressões, percepção da sintaxe das frases, identificação dos significados das palavras, capacidade de prestar atenção em unidades sonoras da fala. Já a habilidade específica à alfabetização, diz respeito à identificação de palavras escritas, atividade utilizada unicamente quando se lê. De acordo com Morais (2013) a aprendizagem da leitura não é fácil e, portanto, requer um ensino sistematizado. Assim, o autor assinala que

Ler implica um sistema mental de tratamento da informação escrita, isto é, um conjunto complexo de operações de transformação de representações noutras representações. Estas operações fazem com que a representação de entrada – o sinal gráfico – seja convertido, no fim deste processo incrivelmente rápido, em representações da sua pronúncia e do seu significado [...] [ou seja, é] ser capaz de recuperar no material escrito o episódio da fala (palavra, frase, discurso) ou de pensamento verbal. (MORAIS, 2013, p. 11-12).

A conversão a que Morais (2013) se refere diz respeito à compreensão de que na alfabetização converte-se grafemas (unidades ortográficas) em fonemas (unidades fonológicas) durante a leitura. E o contrário, fonemas em grafemas, durante a escrita. Para que a criança seja capaz de realizar tais conversões, precisa desenvolver a consciência fonológica, a familiaridade com textos impressos, a metalinguagem, a consciência fonêmica, o conhecimento do princípio alfabético, a decodificação, a fluência, o vocabulário e as estratégias de compreensão de textos. Ante tais competências, ressalta-se que as mais importantes à alfabetização são: a habilidade de decodificação e a consciência fonêmica. (BRASIL, 2007). O desenvolvimento da leitura e da escrita na criança torna-se gradualmente inconsciente e automatizado, de modo similar ao andar de bicicleta e ao nadar. Conforme Morais (2013, p. 10),

Saber ler aproxima-se [...] daquela forma de saber que se atribui a alguém que sabe nadar ou andar de bicicleta. Há, claro, diferenças importantes entre estas habilidades porque, nomeadamente, pode-se aprender sozinho a nadar ou a andar de bicicleta, o que não acontece com o saber ler. Mas há pelo menos duas semelhanças. Uma delas é que tanto a aprendizagem da leitura como a das habilidades motoras, incluindo o aprender a andar quando se é bebê, incluem uma **fase inicial** em que é necessário **um conjunto de capacidades conscientes**: motivação, atenção e esforços para controlar e eventualmente corrigir o que se está a procurar fazer. E a outra semelhança é que a certa altura do processo de aprendizagem deixamos de saber – no sentido de saber consciente – o que estamos a fazer. **Saber ler**, no sentido habitualmente utilizado desta expressão, **não é saber consciente**. Nenhum leitor, pelo simples fato de ser um leitor competente, sabe o que faz quando identifica as palavras escritas. Só a pesquisa científica sobre os processos de leitura nos permite alcançar este saber. (grifo do autor)

Os estudos científicos comprovam que ocorrem mudanças cerebrais envolvidas no reconhecimento de palavras escritas, processo no qual os neurônios trabalham ativamente. Dessa forma, ao aprender o código alfabético por meio de um treino sistemático e consciente, a criança estará apta a transpor as unidades da fala para o papel, por meio da escrita. A evidência científica também aponta que o desenvolvimento das habilidades de decodificação e consciência fonêmica para ler

de forma rápida e precisa opera de modo eficaz quando as crianças são alfabetizadas pelo método fônico⁴.

Os autores afirmam que atualmente os métodos de alfabetização são classificados em: fônicos e não fônicos. Aqueles abarcam o ensino explícito da relação entre os fonemas e determinados componentes gráficos, tais como grafemas, letras e agrupamento de letras. Com relação aos métodos fônicos ou não fônicos Oliveira e Silva (2011, p. 82) destacam:

Métodos fônicos – também chamados de métodos alfabéticos em alguns países da Europa – se opõem aos métodos que **não chegam de forma explícita** ao nível do fonema – como, por exemplo, os que ensinam a partir de textos, frases, palavras, ou mesmo de sílabas e letras, sem, entretanto, colocar no centro do processo de ensino a notação ortográfica da realidade linguística do fonema. Esses incluem, para surpresa dos que não estão informados do estado da arte sobre métodos de alfabetização, os conhecidos métodos alfabéticos, os métodos de silabação, os métodos globais ou semiglobais e os assim ditos métodos mistos (decorar palavras, mesmo que seja a partir de “senhas” como “o **a** da abelha, o **b** da bola etc.”, “*whole language*”, procedimentos de inspiração construtivista etc.).(grifo do autor)

Relatório publicado pela Câmara dos Deputados, escrito por um grupo de sete cientistas do Brasil, EUA e Europa também aborda a discussão sobre os métodos de alfabetização. No documento há o seguinte excerto:

Diversas teorias foram desenvolvidas. Algumas sugeriam que ler era um processo tão natural quanto falar [...], ou que as pessoas aprendem a ler fazendo adivinhações sobre o significado das palavras no texto com base no contexto [...]. Ao mesmo tempo, pesquisadores de diversas orientações foram acumulando evidências que hoje se constituem no paradigma predominante para explicar e entender como ocorre o processo de aquisição de leitura. (BRASIL, 2007, p. 30)

⁴ Oliveira e Silva (2011), no artigo “Métodos de Alfabetização: o estado da arte” publicado no livro *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva da Academia Brasileira de Ciências (ABC)*, dissertam a respeito do Estado da Arte em alfabetização com base numa ampla revisão de balanços científicos publicados nos países desenvolvidos, em especial no Relatório do *National Reading Panel (NPR)*.

Portanto, com base no relatório final “Grupo de trabalho alfabetização infantil: os novos caminhos” (2007) e nas assertivas de Oliveira e Silva (2011) explicita-se que

O método fônico refere-se ao tipo de instrução comprovadamente mais eficaz para ajudar o aluno a estabelecer essas correspondências, e é composto de instruções metafonológicas (para desenvolver a consciência fonológica) e de instruções fônicas (para ensinar as relações entre as letras e os sons da fala). (BRASIL 2007, p. 40-41)

No atinente à idade adequada à apreensão do código escrito, deve-se notar que as sinaptogêneses iniciam-se no cérebro desde a mais tenra idade. E chegam ao seu pico antes dos dois anos. Assim, as bases do desenvolvimento das funções cognitivas da criança necessárias à leitura e escrita – tais como linguagem, fala e visão, – têm início dois meses antes do seu nascimento. As capacidades gerais cognitivas gerais requeridas para a leitura expandem-se na medida em que recebem estímulos, tanto da família como ao partilharem de outras relações educativas.

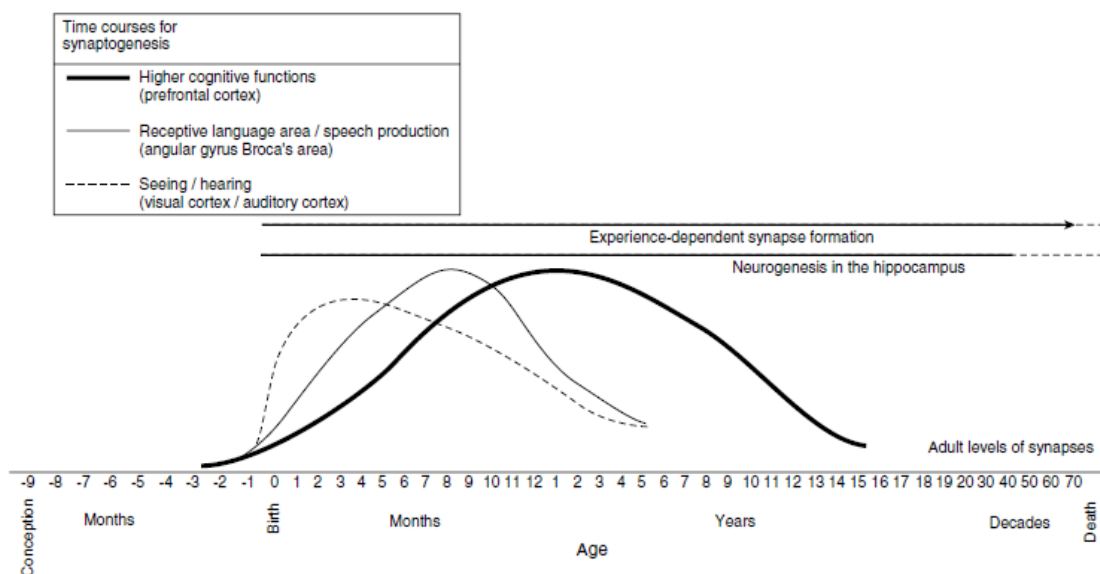


FIGURE 8-1 Human brain development. SOURCE: Charles A. Nelson, University of Minnesota. Reprinted with permission.

Figura 1 - Curso de tempo das sinaptogêneses.

Fonte - SHONKOFF; PHILLIPS, 2000, p. 188.

Como se pode observar no gráfico, antes do terceiro ano de vida o aparato neural capaz de receber, codificar e tratar informações componentes do código escrito está instalado. Todavia, ter condições neurobiológicas gerais para a aprendizagem da leitura não significa que a criança deva submeter-se ao ensino sistemático da leitura e da escrita em tenra idade. A aprendizagem da leitura requer um naipe diverso de capacidades linguísticas e cognitivas que só estarão operando no nível requerido ao final da primeira infância.

A neurociência cognitiva do desenvolvimento, desde que existe, levanta fatores explicativos do funcionamento das funções executivas: memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva ou mental. Estudando fatores envolvidos nesses processos ela desenhou equacionamentos teóricos para a compreensão/explicação da trajetória integrada de desenvolvimento pela qual, capacidades sócio-emocionais, relacionadas à motivação para aprender a ler, por exemplo, capacidades cognitivo-intelectuais, como as que estão envolvidas diretamente na leitura e capacidades psicomotoras envolvidas na escrita, completam sua constituição e se tornam operacionais durante a infância/adolescência a partir de um jogo cujo resultado depende das interações entre equipamento cerebral e uso social das funções que ele suporta.⁵

Assim, como apresentado no livro *Os neurônios da leitura* de Dehaene (2012) a questão não é somente de maturação. É também de ativação das redes neuronais envolvidas nos complexos processos característicos da leitura.⁶ Quando se trata de aprender a ler, o papel crucial é o da compreensão do princípio alfabético, o que requer a tomada de consciência das relações entre grafema e fonema. Simultaneamente o tratamento visual estilizado das letras, entra em ação. Ora, não faltam dados para mostrar que estando disponível o equipamento cerebral para processamento de informações fonológicas encapsuladas ortograficamente e em operação as capacidades linguísticas da comunicação oral, tudo o que se puder

⁵ Uma abordagem sistemática de todos os aspectos envolvidos no processo de desenvolvimento comportamental e de aprendizagem, que constituem o campo de saberes da neurociência cognitiva do desenvolvimento, pode ser encontrado em *Human Behavior, Learning and Developing Brain: Typical Development*. Edited by Donna Coch, Kurt Fisser e Geraldine Dawson. The Guilford Press. New York. London, 2007.

⁶ O capítulo 5 do livro de Stanislas Dehaene *Os Neurônios da Leitura*, traduzido ao português brasileiro por Leonor Scliar-Cabral e publicado em 2007 no Brasil, em Porto Alegre, pela Editora Penso esclarece de modo exaustivo porque a questão não é somente de maturação, mas também de ativação.

fazer para estimular as crianças a aumentarem o uso consciente desses processos para realimentar suas capacidades linguísticas, inclusive a da leitura, deve ser feito.

Embora não haja uma expressão usualmente correspondente em português a literatura internacional consagrou a expressão *emergent literacy*. Ela consiste em habilidades, conhecimentos e atitudes considerados como precursores do desenvolvimento mental das formas convencionais de leitura e escrita. Tais habilidades, alicerçadas sobre as bases neurais acima referidas, e desenvolvidas durante as interações sociais, principalmente aquelas mediadas pelo uso da linguagem oral na comunicação falada entre os dois e os seis anos, precisam estar plenamente operacionais antes de se iniciar o ensino formal, escolar e sistemático da leitura. Isso significa dizer que a alfabetização requer um uso da linguagem que não crie sobrecarga cognitiva, vale dizer, automático e sem cobrar grandes esforços de atenção conscientemente controlada.⁷

Assim, a antecipação da alfabetização para os períodos inicial e medial da educação infantil, quando essas capacidades ainda não estão plenamente operacionais, não acarreta benefícios duráveis. Ao contrário, as melhores e mais importantes evidências científicas disponíveis, tanto em estudos do comportamento leitor quanto nos estudos laboratoriais, que mapeiam funcional e estruturalmente as áreas cerebrais envolvidas no processamento de informações ortográfico-visuais e fonológico-auditivas durante a leitura e seu aprendizado são robustas e generalizadas: o retardamento ou o adiamento *sine die* da alfabetização, para além do período em que as capacidades já estão operacionais, normalmente aos seis anos, tem impactos negativos na trajetória escolar e espalha seus efeitos nefastos em diversas dimensões da vida, esses efeitos resultarão em uma trajetória denominada Efeito Mateus (Stanovich, 1986).

Oliveira e Silva (2011) ressaltam a importância da atividade motora para a progressão da memória, habilidade em decodificar, fluência, vocabulário e compreensão em leitura. Em consonância com Shonkoff e Phillips (2000), os autores

⁷ Para a consideração dessas questões ver Child Development and Emergent Literacy. Whitehurst e Lonigan. Child Development, June 1998, Volume 69, Number 3, Pages 848-872. Disponível em <http://rachaelrobinsonedsi.wiki.westga.edu/file/view/child+development+and+emergent+literacy.pdf/238268909/child%20development%20and%20emergent%20literacy.pdf> A revista Child Development, é publicada pela internacionalmente reconhecida Society for Research in Child Development. O autor principal do artigo, Grover Whitehurst é um líder mundial na pesquisa sobre desenvolvimento infantil e foi o primeiro diretor do Institute of Education Sciences, órgão criado pelo congresso americano em 2002, partidariamente independente, para incrementar a cientificidade da pesquisa educacional nos EUA.

evidenciam que, a partir dos cinco anos o cérebro infantil é estrutural e funcionalmente mais complexo, estando apto ao processo de alfabetização.

Ao examinar o relatório final da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (2007) observa-se que há disparidades no meio educacional. Os redatores do relatório em tela descrevem que as próprias Secretarias de Educação e as Instituições de Ensino Superior (IES), além de não prepararem os professores para alfabetizar, transmitem concepções pedagógicas que pouco esclarecem aos docentes sobre como e o que ensinar às crianças. O documento também denota que as IES desconsideram as evidências científicas frente ao atual Estado da Arte em alfabetização.

Bernadete A. Gatti (2009) no artigo “Formação de Professores: condições e problemas atuais” aponta que a formação de professores no Brasil constitui-se em um desafio às políticas de governo e às IES. Nas palavras da pesquisadora,

Nas instituições formadoras, de modo geral, o cenário das condições de formação dos professores não é animador pelos dados obtidos em inúmeros estudos e pelo próprio desempenho dos sistemas e níveis de ensino, revelado por vários processos de avaliação ampla ou de pesquisas regionais ou locais. (GATTI, 2009, p. 95)

Gatti (2009) também explicita que o currículo das licenciaturas, inclusive o do curso de pedagogia, não tem abarcado os avanços que subsidiam o recém-formado no enfrentamento dos desafios que se põem ao início do magistério, de modo que

As poucas iniciativas inovadoras não alcançaram expansão ficando restritas às poucas instituições que as propuseram. Não se fez avanços na formação do corpo de formadores de professores a partir de exigências mais claras quanto às suas competências e habilidades na direção de serem detentores de saberes teórico-práticos que lhes permitam desenvolver, criar, ampliar os aspectos formativos específicos relativos ao desenvolvimento da educação escolar em suas variadas facetas. (GATTI, 2009, p. 95)

Além do desafio em formar professores, o Brasil tem dificuldade em utilizar conhecimentos científicos e dados advindos de avaliação em larga escala para alavancar a qualidade da educação nacional.

O problema é que uma postura eminentemente política ou ideológica levou, em diversos países, e continua levando, no Brasil, a uma rejeição de evidências objetivas e científicas sobre como as crianças aprendem a ler. (BRASIL, 2007, p. 20)

No tocante à alfabetização, ressalta-se que atualmente no Brasil

[...] é comum um manejo didático do ensino de leitura que, além de não proporcionar a compreensão do princípio alfabético, negligencia ou desdenha o ensino explícito e sistemático das correspondências usuais e permitidas entre grafema e fonema. Nesses casos os alunos, inevitavelmente, terão que intuir, por conta própria, o princípio alfabético; e adivinhar as correspondências permitidas entre grafema e fonema. (Oliveira e Silva, 2011, p. 85)

Tendo em vista o Estado da Arte em educação, no tópico a seguir – “Contradições das ações do PNAIC” –, faz-se uma análise do Pacto, com base nos autores explicitados no decorrer deste trabalho.

Contradições das ações do PNAIC

Considerando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, analisam-se e discutem-se as propostas do mesmo, de modo a explicitar o conceito de alfabetização defendido pelo Pacto, suas abordagens pedagógicas – no que tange à formação de professores – e os materiais de ensino por ele empregados para, assim, confrontá-los com o atual Estado da Arte sobre a alfabetização.

Antes de se adentrar nas discordâncias entre os conhecimentos científicos mais atualizados e o PNAIC, ressalta-se a única semelhança entre eles: a necessidade de participação da família. Conforme o documento do Pacto, “[...] a participação da família é um dos fatores que contribui para a criação de condições favoráveis de aprendizagem.”. De igual modo, o relatório final da Câmara dos Deputados, aponta “[...] a necessidade de aumentar a participação dos pais, **famílias** e do público em geral em torno da leitura.” (BRASIL, 2007, p. 93, grifo do autor).

Em consonância, Heckman e Cunha (2011), em texto publicado na Academia Brasileira de Ciências, ressaltam que a família tem papel fundamental à

escolarização da criança, de modo que “[...] a influência da família vai muito além de transmitir os seus genes: as intervenções que complementam as fases iniciais de vida das crianças.” (HECKMAN, CUNHA, 2011, p. 140).

A primeira discrepância entre o Estado da Arte e o PNAIC é que o conceito de alfabetização deste fundamenta-se na idéia de que as crianças têm a necessidade de compreender o funcionamento do sistema de escrita e o domínio das correspondências entre fala e escrita (grafofônicas), mas o mesmo evidencia que, *a priori*, as crianças não precisam dominar as convenções ortográficas irregulares e os conhecimentos morfológicos mais complexos de formação da palavra e suas flexões. Vale ressaltar que a alfabetização é compreendida a partir da teoria construtivista.

No documento oficial do PNAIC – “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: avaliação no ciclo de alfabetização – reflexões e sugestões” – consta a seguinte informação:

Segundo o que está defendido nos diferentes materiais disponibilizados no PACTO PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, a habilidade de leitura da criança deve avançar mais do que simplesmente investir na capacidade de ler palavras soltas. É necessário adquirir autonomia, a criança deve ter condições de ler e compreender textos de gêneros diversos para atender a diferentes finalidades. Essas habilidades podem e devem ser trabalhadas no ciclo de alfabetização. (BRASIL c, 2012, p. 14)

No excerto, verifica-se que há a supervalorização da finalidade da leitura em detrimento de sua essência. Conforme o relatório final da Câmara dos Deputados (2007, p. 25), “Ler implica, antes de mais nada, a capacidade de identificar uma palavra.”, de modo que “O processo de aprender a ler não pode ser confundido com o propósito da leitura.”

A aprendizagem da leitura diz respeito à apreensão da pronúncia e do sentido “[...] de uma palavra a partir de sinais gráficos.” (BRASIL, 2007, p. 25). Com relação à finalidade da leitura, explicita-se que “O propósito da alfabetização é ajudar as crianças a compreender o que lêem e a desenvolver estratégias para continuar a ler com autonomia.” (BRASIL, 2007, p. 25).

Nesse sentido, afirma-se que, essencialmente, aprender a ler

[...] consiste em traduzir letras (impressas, escritas) em sons que fazem sentido. Desta forma, aprender a fazer a decodificação fonológica (isto é, converter sons em letras para escrever e letras em sons para ler) constitui o cerne do conceito de alfabetização. No entanto, ela não esgota nem o seu sentido nem o seu objetivo: o objetivo da leitura é permitir ao leitor compreender, interpretar e modificar o texto, dialogando com ele. (BRASIL, 2007, p. 25)

O caderno azul da unidade três do PNAIC, intitulado “A aprendizagem do sistema de escrita alfabética”, é mais específico no que diz respeito à concepção de alfabetização que norteia todo o programa. Nele há a defesa de que a Escrita Alfabética constitui-se em um sistema notacional e não em um código. Todavia, a atual ciência da leitura, que tem como base evidências científicas, denota: “[...] o ato de ler envolve complexa atividade cerebral de processamento paralelo, simultâneo e distribuído de informações linguísticas ortográfica e fonologicamente encapsuladas em um **código**.” (OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 81, grifo do autor).

O argumento que fundamenta a afirmação de que a escrita alfabética constitui-se em um sistema notacional e não em um código, baseia-se na idéia de que

Os antigos métodos de alfabetização, elaborados em épocas nas quais não dispúnhamos dos conhecimentos que hoje a psicolinguística nos oferece, tinham (e têm) uma visão muito equivocada sobre como um indivíduo aprende a escrita alfabética. Segundo aqueles métodos – por exemplo, o método silábico ou o fônico –, a criança seria uma “tábula rasa” que, repetindo informações prontas, transmitidas pela professora ou pelo autor da cartilha, se alfabetizaria sem ter que modificar suas idéias prévias sobre a escrita, de modo a compreender como o alfabeto funciona. (BRASIL d, 2012, p. 6)

Mediante a leitura do fragmento acima, questiona-se: Em que evidências tais afirmações fundamentam-se? Quais são as pesquisas científicas que concluíram que o domínio do sistema de escrita demanda a elaboração de hipóteses por parte da criança, a não repetição de informações e a modificação das idéias prévias sobre a escrita?

Ainda no excerto, com relação à crítica que o PNAIC faz à compreensão de como o alfabeto funciona, ou seja, ao princípio alfabético, argumenta-se com base

em Morais (2013, p. 50) que “[...] o primeiro passo no caminho da aprendizagem da leitura é a compreensão do princípio alfabético.”. O autor ainda explica:

Já alguém viu uma criança pôr-se a correr sem primeiro ter dado um passo e depois outro e outro? Há quem queira que a criança se ponha logo a ler palavras e frases, isto é que ela corra antes de saber andar, mas isso é impossível: ela cai e esfolta o nariz. Primeiro a criança gatinha, depois anda, só mais tarde corre. (MORAIS, 2013, p. 50)

No documento caderno azul da unidade três do Pacto ainda consta que o método fônico defende que

[...] para aprender a ler e a escrever, seria preciso apenas ter habilidades perceptivas e motoras (discriminação visual, discriminação auditiva, coordenação motora fina etc.) e receber, em doses homeopáticas, informações sobre as letras e sobre o seu valor sonoro. Todo o trabalho mental do aprendiz seria reduzido a memorizar o nome e o traçado das letras e a decorar os sons que elas substituiriam. (BRASIL d, 2012, p. 6)

Em contrapartida, o Estado da Arte sobre a alfabetização, afirma que para a apreensão de leitura e da escrita, faz-se necessário que a criança desenvolva a consciência fonológica, a familiaridade com textos impressos, a metalinguagem, a consciência fonêmica, o conhecimento do princípio alfabético, a decodificação, a fluência, o vocabulário e as estratégias de compreensão de textos. (BRASIL, 2007), capacidades essas desenvolvidas pelo método fônico.

Ao desconsiderar o Estado da Arte da ciência cognitiva da leitura, que preconiza o desenvolvimento das capacidades explicitadas acima, o equacionamento da alfabetização feita pelo PNAIC centra-se no letramento, o que se confirma nos objetivos delimitados para a formação de professores, que tem como cerne refletir, estruturar e melhorar a ação docente. (BRASIL k, 2012).

Dentre os objetivos para a formação docente, o programa estabelece que o professor deve “Entender a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento [...]” (BRASIL k, 2012, p. 31). Nesse enquadramento teórico, os materiais utilizados para o ensino da leitura e da escrita abarcam aqueles adquiridos pelo MEC – tais como os livros do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), na Coleção Explorando o Ensino e demais publicações do Ministério – como também o

uso de “[...] textos em suportes variados (gibis, jornais, revistas, panfletos, cartazes publicitários, embalagens, folders).” (BRASIL k, 2013, p. 18). Ressalta-se que os professores alfabetizadores, no contexto de formação continuada, selecionarão textos de diversos gêneros – jornais, revistas, gibis, panfletos, entre outros – para a alfabetização dos alunos.

A disponibilização desses materiais visa ofertar aos alunos situações significativas de aprendizagem – de modo a inseri-los nas práticas sociais –, podendo ser desenvolvidas metodologias que favoreçam a apropriação do sistema de escrita alfabética, mediante atividades lúdicas e reflexivas. (BRASIL f, 2012). Assim, mesmo que as crianças ainda não tenham domínio do Sistema de Escrita Alfabética, elas são “[...] convidadas a produzirem textos coletivamente, tendo o professor como escriba nesse processo.” (BRASIL k, 2012, p. 20). Essa ação encontra-se como uma das ferramentas do alfabetizar letrando, ou seja, alfabetizar na perspectiva do letramento.

No tocante a esse aspecto, Morais (2013) é contrário, pois tanto a alfabetização como o letramento demanda memória de trabalho, não sendo possível à criança centrar-se ao mesmo tempo nos elementos linguísticos da palavra (alfabetização) e em seu significado contextual (letramento), pois

[...] **a palavra enquanto elemento da frase** não é a mesma palavra que a palavra **enquanto produto de uma combinação de elementos fônicos e gráficos**. Esta última é uma **forma**, forma fonológica e forma ortográfica, enquanto a primeira, para além do fato de ter de ser codificada na memória de trabalho sob forma fonológica, tem um **conteúdo** semântico e uma **função** gramatical. (MORAIS, 2013, p. 84, grifo do autor).

Assim, quando se alfabetiza letrando, há uma sobrecarga cognitiva, de modo que a criança não consegue ter bom desempenho em nenhuma das atividades. No tocante às abordagens pedagógicas que norteiam a formação dos professores, o PNAIC parte do pressuposto de que os docentes “[...] são peças-chave para que o conhecimento continue a ser construído e desenvolvido no mundo.” (BRASIL j, 2012, p. 8).

No contexto de formação dos profissionais do Pacto, no caderno de “Formação de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa”

consta que a formação há que ser feita na modalidade continuada. Esta se centra no desempenho docente enquanto estudante e profissional e tem como foco a prática de sala de aula, em detrimento das pressuposições teóricas. Assim, “Os programas atuais de formação continuada têm como proposta associar novas abordagens do ensino da língua às novas concepções de formação.” (BRASIL j, 2012, p. 10). Para tanto, o documento em questão parte dos seguintes pilares: desenvolvimento da prática da reflexividade, mobilização dos saberes docentes, a construção da identidade profissional, a socialização, o engajamento e a colaboração.

Vale ressaltar que, para os formuladores do Pacto “[...] toda proposta de formação deve vir associada e fundamentada em uma proposta de sujeito, sociedade e escola baseada em valores e princípios de igualdade, justiça social e ampliação de oportunidades.” (BRASIL, 2012, p. 20), afirmação que destoa da cientificidade, visto que essas são categorias apregoadas pela corrente Marxista, portanto, são proposições mais de cunho ideológico do que pedagógico.

No tocante a esse aspecto, Morais (2013, p. 135) afirma:

A ciência [...] não pode ser política, é estranha à política, embora seja legítimo que os cientistas enquanto seres humanos e cidadãos tenham os seus valores e idéias políticas. (grifo meu).

Outra questão referente às abordagens pedagógicas diz respeito à avaliação de alunos, que se fundamenta na avaliação diagnóstica. Assim,

É necessário ter clareza de que habilidades se pretende avaliar, ou seja, quais habilidades são importantes, em cada ano, para que o aluno possa avançar em seu conhecimento, realizando a leitura de um texto com autonomia e independência. Além disso, a avaliação precisa ser baseada no conteúdo que foi ensinado. (BRASIL c, 2012, p. 15)

Não obstante o Pacto depõe sobre a necessidade de avaliar não somente os alunos, mas também professores, ensino, currículo, escolas e o próprio processo de

avaliação, porém, observa-se que há uma grande preocupação com os números e não especificamente com a aprendizagem dos alunos. (BRASIL c, 2012).

Nesse sentido, faz-se necessário que o educador

[...] esteja atendo à progressão na apresentação de conteúdos e também à exigência do desempenho dos estudantes, sempre lembrando que os ritmos de aprendizagem não são uniformes e que a diversidade constitui a prática docente. Ela não é um obstáculo eventual, a ser evitado ou superado. Por sua vez, o ensino da leitura, numa abordagem sociointeracionista, tem como referência as práticas sociais de leitura nas quais esperamos que o leitor se torne proficiente. (BRASIL c, 2012, p. 15)

Como se pode constatar pela concepção de alfabetização, pelos pressupostos pedagógicos orientadores da formação de professores, bem como pelos materiais utilizados pelo PNAIC, explicitados neste trabalho, infere-se que o processo de como e o que ensinar admite teorias que destoam do contexto do atual Estado da Arte em alfabetização.

O fato é que os instrumentos propostos pelo Pacto não buscam respaldo em evidências científicas que atestam a efetividade do processo de aprendizagem infantil, não compartilham dos conhecimentos neurocientíficos, bem como se fundamentam em pressupostos pedagógicos ultrapassados e já utilizados em programas anteriores.

Portanto, infere-se que estratégias de formação de professores desatualizadas, materiais pedagógicos desconexos dos conhecimentos científicos mais atualizados, hegemonia na concepção de alfabetização e concepções pedagógicas ideologizadas, são fatores que, se associados, produzirão o denominado Efeito Mateus em leitura. O mesmo é entendido pelo princípio que aquele indivíduo que mais receber instrução possuirá um nível melhor e mais bem preparado estará, ou seja, terá em abundância, porém, o que pouco receber pouco terá a oferecer o que irá gerar na criança um conseqüente insucesso social.

Como exposto por Stanovich (1986), o Efeito Mateus pode ocorrer nas experiências educacionais de crianças e ser comparado com o efeito de molas, em um vai e vem de acordo com que lhes é oferecido, de modo que crianças que recebem precoces incentivos – uma alfabetização plena aos seis anos, ao invés dos

oito, como proposto pelo PNAIC – podem utilizar as novas experiências com maior aperfeiçoamento e elevada taxa de informações, o que pode evidenciar diferenças significativas no rendimento escolar dessas crianças. Esse fato é apenas possível se tais incentivos pautarem-se no Estado da Arte, que depõe que, aos seis anos de idade, a criança já possui o aparato cerebral pronto para alfabetizar-se plenamente.

Nesse sentido, embora se perceba a preocupação do governo em alfabetizar as crianças, o ensino brasileiro continua promovendo concepções pedagógicas, materiais didáticos, métodos de ensino e formação docente ineficientes, os quais podem culminar em prejuízos para todo o processo de escolarização do indivíduo.

A exemplo disso explicita-se o PNAIC, que se constitui em uma extensão do Pró-letramento, um programa federal de formação continuada de professores que visou melhorar a qualidade da aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática de alunos matriculados no ensino fundamental.

Luz (2012, p. 2-3), aponta que o Pró-Letramento

[...] foi criado em 2005, em decorrência de pelo menos dois fatores principais: dos resultados insatisfatórios apresentados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sobretudo em 2003, pautados em parâmetros internacionais de avaliação educacional e, da criação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, em 2004.

De acordo com o PNAIC, o conteúdo do curso de formação continuada dos professores alfabetizadores fundamenta-se no que os redatores do Programa denominam de “experiência exitosa do Pró-Letramento”. Diante disso, questiona-se: Se o Pró-Letramento foi uma experiência exitosa, qual o motivo de se criar um novo programa (PNAIC) que tenha objetivos similares – melhorar a qualidade do ensino brasileiro, no que tange à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos? Não seria essa atitude do governo federal um retrocesso para a educação brasileira?

Muito se tem gasto com a efetivação de práticas de alfabetização reprodutoras de práticas hegemônicas que, como aponta o Estado da Arte, são ineficazes, de modo a se constituírem em um malbarateamento de recursos públicos. Assim, afirma-se que somente diante de um constante esforço e empenho ver-se-á extirpada essas práticas do processo pedagógico brasileiro.

Considerações Finais

Se aliado às práticas pedagógicas dos professores, o atual Estado da Arte em alfabetização pode impactar beneficemente a aprendizagem dos alunos, no que tange à apreensão da leitura e da escrita. Todavia, a “[...] dificuldade do país em usar conhecimentos científicos e dados de avaliação para melhorar a qualidade da educação” (BRASIL, 2007, p. 13), tem refletido na aprendizagem das crianças brasileiras, que têm padecido, ao longo de décadas, as implicações do Efeito Mateus, fato que se pode constatar pelas políticas voltadas à educação até então engendradas.

O Pacto da Alfabetização na Idade Certa, cujo intento é de alfabetizar as crianças brasileiras ao final do 3º ano do ensino fundamental – quando elas completam oito anos de idade –, constitui-se em um exemplo de política nacional que reflete a dificuldade do Brasil em aplicar conhecimentos científicos nas práticas pedagógicas. Ao se confrontar o PNAIC com os conhecimentos científicos do atual Estado da Arte em alfabetização, concluir-se-á que esperar até os oito e seguir enquadramento pedagógico que já se mostrou ineficaz é um atraso educacional, visto que as chances de se produzir mais crianças com dificuldade de leitura é grande.

Como apontam os conhecimentos mais atualizados, os quais constam neste trabalho, os métodos fônicos constituem-se no meio mais eficaz à alfabetização. Entretanto, como explicita Moraes (2013, p. 85), tais métodos “[...] não são do agrado de um número considerável de professores”, bem como dos integrantes e formuladores do PNAIC. Este apregoa que a alfabetização há que se dar na perspectiva do letramento, na qual os alunos, “[...] ao mesmo tempo em que vão dominando o SEA [Sistema de Escrita Alfabética], eles vão se apropriando de conhecimentos sobre os mais diversos gêneros textuais escritos [...]” (BRASIL d, 2012, p. 28).

Mediante o excerto, confirma-se que o Pacto pauta-se em uma compreensão sobre a alfabetização retrograda, a qual se encontra corrente no Brasil há aproximadamente 30 anos. Todavia, ressalta-se que nesse tempo os conhecimentos científicos avançaram significativamente, de modo que atualmente a leitura constitui-

se em um ramo científico em vias de grande progresso, o que não ocorre com o Brasil. Esse patamar leva o país a um posicionamento mais dogmático do que científico, fato que ocasiona na elaboração de materiais, metodologias, perspectivas de ensino e uma conseqüente formação continuada baseada em práticas pedagógicas ineficazes à demanda atual.

Portanto, nesse contexto, conclui-se que o PNAIC, por reproduzir o cenário, a roupagem e a identidade profissional do professor alfabetizador de três décadas atrás, constitui-se em um desperdício de recursos públicos. Tal desperdício justifica-se pela repetição do que se vê atualmente: alunos empurrados adiante em ações de regularização do fluxo, que chegarão aos anos finais do Ensino Fundamental sem domínio da ferramenta básica de aprendizado – a leitura –, como descrito pelo Efeito Mateus.

Nesse sentido, afirma-se que esse contexto aumenta o risco de baixo desempenho no aprendizado, o que acrescerá a probabilidade de evasão e abandono escolar. Portanto, os recursos financeiros gastos com materiais e formação continuada de professores nas ações do PNAIC, serão desperdiçados.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Grupo de trabalho alfabetização infantil: os novos caminhos – relatório final**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1924/grupo_alfabetizacao_infantil_educacao_cultura.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

BRASIL a. **Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012**. Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/mp_586_pacto.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2013.

BRASIL b. Ministério da Educação. **Pacto pela Alfabetização na Idade Certa**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/>>. Acesso em: 5 nov. 2012.

_____. c. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: avaliação no ciclo de alfabetização – reflexões e sugestões**. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://pacto.mec.gov.br/> >. Acesso em: 3 set. 2013.

_____d. Ministério da Educação. **PNAIC - A aprendizagem do sistema de escrita alfabética – unidade 03, ano 01, caderno azul**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/proext/pacto/documentos>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____e. **PNAIC - Currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem – unidade 01, ano 02, caderno laranja**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/proext/pacto/documentos>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____f. **PNAIC: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____g. **Portaria nº 90, de 6 de fevereiro de 2013**. Define o valor máximo das bolsas para os profissionais da educação participantes da formação continuada de professores alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília, 2013. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/portaria90_6_fevereiro_2013.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2013.

_____h. **Portaria nº 1.458, de 14 de dezembro de 2012**. Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/port_1458_141212.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2013.

_____i. **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://ws.mp.mg.gov.br/biblio/informa/060717508.htm>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____j. **Formação de professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. 2013. Disponível em: <<http://www.geadas.com.br/pnaic/images/Pacto/Cadernos/Caderno%20Formacao%20-%20Miolo.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____k. **Formação do professor alfabetizador**. 2012. Disponível em: <<http://www.geadas.com.br/pnaic/images/Pacto/Cadernos/Caderno%20Apresentacao%20-%20Miolo.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____l. De olho nas metas 2012: resultado e análise dos itens da prova ABC 2012. **Movimento Todos pela Educação**. Brasília, 2012, p. 75. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/prova_abc.pdf>. Acesso em 20 de set. 2013.

_____m. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resolução nº 304, 21 de junho de 2013**. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/2013/portaria_n304_saeb_RevFC.pdf>. Acesso em 20 de set.2013.

COCH, Donna; FISSHER, Kurt; DAWSON, **Geraldine**. **Human Behavior, Learning and Developing Brain: Typical Development**. The Guilford Press. New York. London, 2007, 412 p.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC. **Grupo de trabalho alfabetização infantil: os novos caminhos – relatório final**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 2003. 182 p. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1924/grupo_alfabetizacao_infantil_educacao_cultura.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica nossa capacidade de ler**. Trad. Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012, 374 p.

GATTI, B. A. Formação de Professores: condições e problemas atuais. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, 2009, v. 1, nº 1, p. 90-102, Mai./2009. Disponível em: <<http://facec.edu.br/seer/index.php/formacaodeprofessores/article/viewFile/20/65>>. Acesso em: 10 set. 2013.

GROVER, Whitehurst; LONIGAN, Christopher. Child Development and Emergent Literacy. **Society for Research in Child Development**, New York, v.69, n.3, 848-872, jun.1998.

HECKMAN, J.; CUNHA, F. Resumo das apresentações compiladas pelos professores Edson Amaro, Erasmo Barbante e Jaderson Costa. In: ABC. **Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011, p. 139-189.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultado do universo. Rio de Janeiro, 2011, 270 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em 20 de set.2013.

LUZ, I.C.P. da. **A repercussão do programa pró-letramento no trabalho de professores de escolas públicas: uma análise preliminar**. 2012. Disponível em: <<http://www.sbec.org.br/evt2012/trab25.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

MORAIS, J. **Criar Leitores: para professores e educadores**. Barueri, SP: Manole, 2013.

OLIVEIRA, J. B. A.; SILVA, L. C. F. Impacto das séries iniciais: educação infantil, analfabetismo funcional e equidade. Rio de Janeiro. **Seminário sobre educação e equidade**, 2006.

_____. Métodos de alfabetização: o estado da arte. In: ABC. **Aprendizagem infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2011, p. 81-133.

SHONKOFF, J.; PHILLIPS, D. Times courses for synaptogenesis. **From neurons to neighborhood: the science of early childhood development.** Washington: Institute of Medicine, 2000, p. 188.

STANOVICH, K.E. **Matthew effects in reading:** Some consequences of individual differences in the acquisition of literacy.1986. Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/files/u81/Stanovich__1986_.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.